Publicações legais

leis@ilustrado.com.br

CÂMARA MUNICIPAL DE ALTO PIQUIRÍ
Estado do Paraná
CNPJ 78.202.181/0001-26
Rua Sebastião Pereira de Oliveira, 2.131 - Centro - Caixa Postal 02 - CEP 87580-000
ALTO PIQUIRÍ - Paraná
www.cmaaltpiquiri.pr.gov.br | camapi@hotmail.com

TERMO DE ADJUDICAÇÃO
PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 02/2021

Pelo presente termo **ADJUDICO** em favor da Empresa abaixo relacionada. O valor dos serviços de **forneimento de água da Câmara Municipal de Alto Piquiri - PR**, informados está condizente com o valor de mercado, sendo assim a contratação poderá ser feita.

COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR CNPJ: 76.484.013/0001-45 Contratação de empresa de atividade de **forneimento de água da Câmara Municipal de Alto Piquiri - PR**. Pelo período de março a dezembro do ano de 2021, no valor estimado de R\$ 1.425,10 (um mil quatrocentos e vinte e cinco reais e dez centavos).

Alto Piquiri-PR, 09 de março de 2021.

JANETE APARECIDA FRISON
Presidente da Câmara Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE ALTO PIQUIRÍ
Estado do Paraná
CNPJ 78.202.181/0001-26
Rua Sebastião Pereira de Oliveira, 2.131 - Centro - Caixa Postal 02 - CEP 87580-000
ALTO PIQUIRÍ - Paraná
www.cmaaltpiquiri.pr.gov.br | camapi@hotmail.com

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 02/2021
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 04/2021

A Câmara Municipal de Alto Piquiri, Estado do Paraná, torna pública a Dispensa de Licitação referente à **Contratação de empresa para forneimento de água da Câmara Municipal de Alto Piquiri - PR**. Valor estimado de Março a dezembro de 2021.
Valor total contratado: R\$ 1.425,10 (um mil quatrocentos e vinte e cinco reais e dez centavos)
Prazo: 10 meses
Fundamento legal: Art. 25 da Lei nº 8.666/93.

Gabinete da Presidência do Legislativo Municipal, Alto Piquiri-PR, 09 de março de 2021.

JANETE APARECIDA FRISON
Presidente da Câmara

CÂMARA MUNICIPAL DE ALTO PIQUIRÍ
Estado do Paraná
CNPJ 78.202.181/0001-26
Rua Sebastião Pereira de Oliveira, 2.131 - Centro - Caixa Postal 02 - CEP 87580-000
ALTO PIQUIRÍ - Paraná
www.cmaaltpiquiri.pr.gov.br | camapi@hotmail.com

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 02/2021

Respaldo no artigo 25 da Lei nº 8.666/93, e no Parecer da Procuradoria Jurídica da Câmara Municipal de Alto Piquiri/PR, resolve **HOMOLOGAR** o Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 02/2021, com vistas à contratação da empresa **COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR** inscrita no CNPJ sob o nº **76.484.013/0001-45**, com sede na Rua Engenheiros Reboças, nº1376 na cidade de Curitiba - PR, doravante simplesmente denominada CONTRATADA. Em cumprimento ao disposto no artigo 26, da Lei nº 8.666/93, DETERMINO a publicação da presente homologação no Diário Oficial para que produza os efeitos legais.

Publique-se e compre-se.

Alto Piquiri, 09 de março de 2021.

JANETE APARECIDA FRISON
Presidente da Câmara

CÂMARA MUNICIPAL DE ALTO PIQUIRÍ
Estado do Paraná
CNPJ 78.202.181/0001-26
Rua Sebastião Pereira de Oliveira, 2.131 - Centro - Caixa Postal 02 - CEP 87580-000
ALTO PIQUIRÍ - Paraná
www.cmaaltpiquiri.pr.gov.br | camapi@hotmail.com

TERMO DE RATIFICAÇÃO
PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 02/2021

Respaldo no artigo 25 da Lei nº 8.666/93, e no Parecer da Procuradoria Jurídica da Câmara Municipal de Alto Piquiri/PR, **RATIFICO** o Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 02/2021, com vistas à contratação da empresa **COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR** inscrita no CNPJ sob o nº **76.484.013/0001-45**, com sede na Rua Engenheiros Reboças, nº1376 na cidade de Curitiba - PR, doravante simplesmente denominada CONTRATADA. Em cumprimento ao disposto no artigo 26, da Lei nº 8.666/93, DETERMINO a publicação da presente ratificação no Diário Oficial para que produza os efeitos legais.

Publique-se e compre-se.

Alto Piquiri, 09 de março de 2021.

JANETE APARECIDA FRISON
Presidente da Câmara

Estado do Paraná
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA
Av. Higienópolis, 011 - CEP 49040-000 - Fone: (41) 3485-3113 - CNPJ: 78.598.977/0001-04
E-mail: atendimento@novaolimpia.pr.gov.br | novaolimpia@novaolimpia.pr.gov.br
Atendimento: 3117-0104

Ofício nº 087/2021

Nova Olímpia-PR, 09 de março de 2021.

Prezados Senhores,

Tem o presente a finalidade de informar que as contas bancárias em nome da **Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente de Nova Olímpia - PR**, CNPJ 31.249.363/0001-35, passaram a partir do dia 09 de março, a serem movimentadas e assinaladas em conjunto pela Secretária Municipal de Assistência Social, Senhora **ALINE MARTINS PEREIRA RAMOS**, portadora do RG nº 33.193.175-6 SSP/PR, CPF nº 065.448.059-05 e a senhorita **KATIA CRISTINA CORREIA PESSANHA**, inscrita, portadora do RG nº 6.257.647-2 SSP/PR, CPF nº 884.039.129-00, delegando os seguintes poderes: Autizar Cobrança, Receber, Passar Recibo E Dar Quitação, Solicitar Salários, Extratos e Comprovantes, Autizar Débito em Conta Relativo a Operações, Eletuar Regalias/Aplicações Financeiras, Cadastros, Alterar e Desbloquear Seriais, Eletuar Sequês - Conta Corrente, Eletuar Pagamentos por Meio Eletrônico, Eletuar Transferências por Meio Eletrônico, Eletuar Pagamentos, Exceto por Meio Eletrônico, Eletuar Transferências, Exceto por Meio Eletrônico, Eletuar Movimentação Financeira no Pro, Consultar Contas/Agilizar Programas Repasse Recursos, Liberar Arquivos de Pagamento no Gerenciador Financeiro, Solicitar Salários/Extratos, Exceto Investimento, Solicitar Salários/Extratos de Investimentos, Solicitar Salários/Extratos de Operações de Crédito, Emitir Comprovantes, Eletuar Transferência p/ Mensa Tributária-Consultar Obrigações do Débito Direto Autorizado, Atualizar Faturamento Pelo Gerenciador Financeiro, Emitir Cheques, Abrir Contas De Depósito, Utilizar Crédito Aberto na Forma e Condições, Registrar Títulos de Cheques, Registrar Cheques Devoluções, Endosar Cheques, Batear Cheques, Cancelar Cheques, Sustar/Contra-Ordenar Cheques, Registrar Cartão Eletrônico, Encosar Contas de Depósito, Eletuar Transferência para Mensa Tributária - Meio Eletrônico, Liberar Arquivos de Pagamento no Gerenciador Financeiro/Asp e Eletuar Movimentação Financeira no Pro.

Sem mais para o momento, aproveitamos a oportunidade para renovar protestos de alta estima e distinta consideração.

ALINE MARTINS PEREIRA RAMOS
Secretaria Municipal Assistência Social
RG nº 33.193.175-6 SSP/PR
CPF nº 065.448.059-05

KATIA CRISTINA CORREIA PESSANHA
Tribunária
RG nº 6.257.647-2 SSP/PR
CPF nº 884.039.129-00

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CISA
AMERIOS - 12 R.S. CNPJ 06.689.423/0001-70
AV ANGELO MOREIRA DA FONSECA, 800 - UMUARAMA - PR FONE: (41) 3534-2204
www.cisamerios.com.br

RESOLUÇÃO Nº 021/2021

SÚMULA: ALTERA TERMOS DA RESOLUÇÃO Nº 006/2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde – CISA/AMERIOS 12º Regional de Saúde, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, e,

CONSIDERANDO a deliberação do Conselho de Prefeitos tomada em Assembleia Ordinária, realizada em 16 de outubro de 2014, conforme Ata Nº 006/2014,

CONSIDERANDO a necessidade de reajuste dos valores pagos a título de Auxílio Alimentação aos empregados do Consórcio Intermunicipal de Saúde – CISA/AMERIOS-12º R.S.,

CONSIDERANDO a deliberação do Conselho de Prefeitos tomada em Assembleia Ordinária, realizada em 26 de fevereiro de 2021, **RESOLVE:**

Art. 1º – Fixar o valor do auxílio alimentação mensal aos funcionários do Consórcio Intermunicipal de Saúde, no percentual de 45% do valor do salário mínimo.

Art. 2º - Ficam mantidos os demais termos da Resolução Nº 006/2018 de 26 de março de 2018.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Umuarama, 26 de fevereiro de 2021.

CLÁUDIO SIDNEY DE LIMA
Presidente do CISA

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CISA
AMERIOS - 12 R.S. CNPJ 06.689.423/0001-70
AV ANGELO MOREIRA DA FONSECA, 800 - UMUARAMA - PR FONE: (41) 3534-2204
www.cisamerios.com.br

RESOLUÇÃO Nº 022/2021

SÚMULA: ALTERA TERMOS DA RESOLUÇÃO Nº 006/2019 DE 30 DE JANEIRO DE 2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde – CISA/AMERIOS 12º Regional de Saúde, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, e,

CONSIDERANDO a deliberação do Conselho de Prefeitos tomada em Assembleia Ordinária, realizada em 26 de fevereiro de 2021, **RESOLVE:**

Art. 1º – Alterar a remuneração do cargo de Provedor em Comissão de Diretoria de Execução - Controle Patrimonial (CC-04), para R\$ 3.352,73 (três mil trezentos e cinquenta e dois reais e setenta e três centavos).

Art. 2º Ficam mantidos os demais termos da Resolução Nº 006/2019 de 30 de janeiro de 2019.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Umuarama, 26 de fevereiro de 2021.

CLÁUDIO SIDNEY DE LIMA
Presidente do CISA

CÂMARA MUNICIPAL DE ALTO PIQUIRÍ
Estado do Paraná
CNPJ 78.202.181/0001-26
Rua Sebastião Pereira de Oliveira, 2.131 - Centro - Caixa Postal 02 - CEP 87580-000
ALTO PIQUIRÍ - Paraná
www.cmaaltpiquiri.pr.gov.br | camapi@hotmail.com

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 02/2021

Respaldo no artigo 25 da Lei nº 8.666/93, e no Parecer da Procuradoria Jurídica da Câmara Municipal de Alto Piquiri/PR, resolve **HOMOLOGAR** o Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 02/2021, com vistas à contratação da empresa **COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR** inscrita no CNPJ sob o nº **76.484.013/0001-45**, com sede na Rua Engenheiros Reboças, nº1376 na cidade de Curitiba - PR, doravante simplesmente denominada CONTRATADA. Em cumprimento ao disposto no artigo 26, da Lei nº 8.666/93, DETERMINO a publicação da presente homologação no Diário Oficial para que produza os efeitos legais.

Publique-se e compre-se.

Alto Piquiri, 09 de março de 2021.

JANETE APARECIDA FRISON
Presidente da Câmara

CÂMARA MUNICIPAL DE ALTO PIQUIRÍ
Estado do Paraná
CNPJ 78.202.181/0001-26
Rua Sebastião Pereira de Oliveira, 2.131 - Centro - Caixa Postal 02 - CEP 87580-000
ALTO PIQUIRÍ - Paraná
www.cmaaltpiquiri.pr.gov.br | camapi@hotmail.com

TERMO DE RATIFICAÇÃO
PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 02/2021

Respaldo no artigo 25 da Lei nº 8.666/93, e no Parecer da Procuradoria Jurídica da Câmara Municipal de Alto Piquiri/PR, **RATIFICO** o Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 02/2021, com vistas à contratação da empresa **COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR** inscrita no CNPJ sob o nº **76.484.013/0001-45**, com sede na Rua Engenheiros Reboças, nº1376 na cidade de Curitiba - PR, doravante simplesmente denominada CONTRATADA. Em cumprimento ao disposto no artigo 26, da Lei nº 8.666/93, DETERMINO a publicação da presente ratificação no Diário Oficial para que produza os efeitos legais.

Publique-se e compre-se.

Alto Piquiri, 09 de março de 2021.

JANETE APARECIDA FRISON
Presidente da Câmara

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO
MARIUZ - PARANÁ
AVENIDA MARILIZ, 120 - FONE: (41) 3534-1199

RESOLUÇÃO Nº 01/2021

Súmula: Aprovar a prestação de contas parcial da deliberação – 001/2018 Fundo Estadual dos Direitos do Idoso – FIPAR. No período de julho de 2019 a junho de 2020.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO - CMDI DE MARILUZ, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei nº. 1.416 de 01 de novembro de 2007, e considerando a deliberação adotada em reunião realizada no dia 26 de fevereiro de 2021.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a prestação de contas parcial da deliberação – 001/2018 Fundo Estadual dos Direitos do Idoso – FIPAR. No período de julho de 2019 a junho de 2020.

Art. 2º - Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Mariuz - Pr, 26 de fevereiro de 2021.

Nívia Rodrigues dos Reis da Silva
RG: 3.926.894-9
CPF: 507.893.679-68
Presidente CMDI

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO
MARIUZ - PARANÁ
AVENIDA MARILIZ, 120 - FONE: (41) 3534-1199

RESOLUÇÃO Nº 01/2021

Súmula: Aprovar a prestação de contas parcial da deliberação – 001/2018 Fundo Estadual dos Direitos do Idoso – FIPAR. No período de julho de 2019 a junho de 2020.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO - CMDI DE MARILUZ, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei nº. 1.416 de 01 de novembro de 2007, e considerando a deliberação adotada em reunião realizada no dia 26 de fevereiro de 2021.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a prestação de contas parcial da deliberação – 001/2018 Fundo Estadual dos Direitos do Idoso – FIPAR. No período de julho de 2019 a junho de 2020.

Art. 2º - Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Mariuz - Pr, 26 de fevereiro de 2021.

Nívia Rodrigues dos Reis da Silva
RG: 3.926.894-9
CPF: 507.893.679-68
Presidente CMDI

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO
MARIUZ - PARANÁ
AVENIDA MARILIZ, 120 - FONE: (41) 3534-1199

RESOLUÇÃO Nº 01/2021

Súmula: Aprovar a prestação de contas parcial da deliberação – 001/2018 Fundo Estadual dos Direitos do Idoso – FIPAR. No período de julho de 2019 a junho de 2020.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO - CMDI DE MARILUZ, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei nº. 1.416 de 01 de novembro de 2007, e considerando a deliberação adotada em reunião realizada no dia 26 de fevereiro de 2021.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a prestação de contas parcial da deliberação – 001/2018 Fundo Estadual dos Direitos do Idoso – FIPAR. No período de julho de 2019 a junho de 2020.

Art. 2º - Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Mariuz - Pr, 26 de fevereiro de 2021.

Nívia Rodrigues dos Reis da Silva
RG: 3.926.894-9
CPF: 507.893.679-68
Presidente CMDI

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILUZ
ESTADO DO PARANÁ
CXCX 76.404.136/0001-29

DECRETO Nº 2.052, de 05 de março de 2021.

Diante sobre adoção de medidas sanitárias para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus (COVID-19), estabelece critérios sanitários e o funcionamento do comércio local e dá outras providências.

PAULO ARMANDO DA SILVA ALVES, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARILUZ, no uso das atribuições legais, em especial a da Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista o disposto na Lei Federal 13.979/2020, Decreto Estadual 4.320/2020 e posteriores:

I - Considerando o Artigo 30, inciso II, da Constituição Federal de 1988, o qual determina aos municípios suplementar a legislação federal e estadual no que couber;

II - Considerando ainda, o exponencial número de casos de cidadãos residentes no município, atendidos no sistema de saúde local, que testaram positivo, havendo, portanto, a necessidade ADOÇÃO de medidas para se diminuir o risco de contaminação em massa

DECRETA

I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. As medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Novo Coronavírus - COVID-19, no âmbito do município Mariluz, Estado do Paraná, ficam definidas nos termos deste Decreto, para o fim de regulamentar o funcionamento do setor produtivo e comercial de nosso Município.

Art. 2º. Todos os estabelecimentos comerciais, empresariais, bancários, lotéricas, prestadores de serviços, autônomos e escritórios de profissionais liberais, poderão realizar suas atividades, de segunda a sábado, até as 19,00hs, desde que cumpram integralmente as regulamentações sanitárias descritas neste decreto, por serem medidas de controle, prevenção e diminuição do risco de contaminação humana pelo COVID-19.

1º. Ficam suspensas as atividades presenciais em igrejas e templos religiosos, de segunda a sexta-feira, pelo prazo de 15 dias. Todavia, poderão realizar as atividades normalmente aos sábados e domingos até às 19,00 horas, com capacidade reduzida a 30% da lotação máxima e na forma on-line, em quaisquer dias e horários, como medida de isolamento de ambiente de alto índice de aglomeração.

2º. As lojas de conveniência poderão permanecer abertas, de segunda a sábado até as 19,00hs, e aos domingos até as 12,00 hs, contudo, fica proibido o consumo de bebidas e alimentos no pátio dos postos de combustíveis, cabendo aos proprietários e/ou responsáveis cobiarem a prática.

3º. Restaurantes, lanchonetes, pizzarias, pastelarias, casas de assados/espetinhos e congêneres poderão permanecer abertos, de segunda a sábado até as 19,00hs, e aos domingos até as 12,00 hs, contudo, após esse horário, poderão continuar suas atividades, pelo sistema "delivery", até a 0,00hora.

4º. É permitido o funcionamento de bares e botecos, de segunda a sábado até as 19,00hs, e aos domingos até as 12,00 hs.

5º. Fica permitido o funcionamento da "feira livre", devendo ser mantido o afastamento mínimo de 3 (três) metros entre as

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILUZ
ESTADO DO PARANÁ
CXCX 76.404.136/0001-29

DECRETO Nº 2.052, de 05 de março de 2021.

Diante sobre adoção de medidas sanitárias para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus (COVID-19), estabelece critérios sanitários e o funcionamento do comércio local e dá outras providências.

PAULO ARMANDO DA SILVA ALVES, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARILUZ, no uso das atribuições legais, em especial a da Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista o disposto na Lei Federal 13.979/2020, Decreto Estadual 4.320/2020 e posteriores:

I - Considerando o Artigo 30, inciso II, da Constituição Federal de 1988, o qual determina aos municípios suplementar a legislação federal e estadual no que couber;

II - Considerando ainda, o exponencial número de casos de cidadãos residentes no município, atendidos no sistema de saúde local, que testaram positivo, havendo, portanto, a necessidade ADOÇÃO de medidas para se diminuir o risco de contaminação em massa

DECRETA

I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. As medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Novo Coronavírus - COVID-19, no âmbito do município Mariluz, Estado do Paraná, ficam definidas nos termos deste Decreto, para o fim de regulamentar o funcionamento do setor produtivo e comercial de nosso Município.

Art. 2º. Todos os estabelecimentos comerciais, empresariais, bancários, lotéricas, prestadores de serviços, autônomos e escritórios de profissionais liberais, poderão realizar suas atividades, de segunda a sábado, até as 19,00hs, desde que cumpram integralmente as regulamentações sanitárias descritas neste decreto, por serem medidas de controle, prevenção e diminuição do risco de contaminação humana pelo COVID-19.

1º. Ficam suspensas as atividades presenciais em igrejas e templos religiosos, de segunda a sexta-feira, pelo prazo de 15 dias. Todavia, poderão realizar as atividades normalmente aos sábados e domingos até às 19,00 horas, com capacidade reduzida a 30% da lotação máxima e na forma on-line, em quaisquer dias e horários, como medida de isolamento de ambiente de alto índice de aglomeração.

2º. As lojas de conveniência poderão permanecer abertas, de segunda a sábado até as 19,00hs, e aos domingos até as 12,00 hs, contudo, fica proibido o consumo de bebidas e alimentos no pátio dos postos de combustíveis, cabendo aos proprietários e/ou responsáveis cobiarem a prática.

3º. Restaurantes, lanchonetes, pizzarias, pastelarias, casas de assados/espetinhos e congêneres poderão permanecer abertos, de segunda a sábado até as 19,00hs, e aos domingos até as 12,00 hs, contudo, após esse horário, poderão continuar suas atividades, pelo sistema "delivery", até a 0,00hora.

4º. É permitido o funcionamento de bares e botecos, de segunda a sábado até as 19,00hs, e aos domingos até as 12,00 hs.

5º. Fica permitido o funcionamento da "feira livre", devendo ser mantido o afastamento mínimo de 3 (três) metros entre as

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILUZ
ESTADO DO PARANÁ
CXCX 76.404.136/0001-29

DECRETO Nº 2.052, de 05 de março de 2021.

Diante sobre adoção de medidas sanitárias para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus (COVID-19), estabelece critérios sanitários e o funcionamento do comércio local e dá outras providências.

PAULO ARMANDO DA SILVA ALVES, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARILUZ, no uso das atribuições legais, em especial a da Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista o disposto na Lei Federal 13.979/2020, Decreto Estadual 4.320/2020 e posteriores:

I - Considerando o Artigo 30, inciso II, da Constituição Federal de 1988, o qual determina aos municípios suplementar a legislação federal e estadual no que couber;

II - Considerando ainda, o exponencial número de casos de cidadãos residentes no município, atendidos no sistema de saúde local, que testaram positivo, havendo, portanto, a necessidade ADOÇÃO de medidas para se diminuir o risco de contaminação em massa

DECRETA

I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. As medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Novo Coronavírus - COVID-19, no âmbito do município Mariluz, Estado do Paraná, ficam definidas nos termos deste Decreto, para o fim de regulamentar o funcionamento do setor produtivo e comercial de nosso Município.

Art. 2º. Todos os estabelecimentos comerciais, empresariais, bancários, lotéricas, prestadores de serviços, autônomos e escritórios de profissionais liberais, poderão realizar suas atividades, de segunda a sábado, até as 19,00hs, desde que cumpram integralmente as regulamentações sanitárias descritas neste decreto, por serem medidas de controle, prevenção e diminuição do risco de contaminação humana pelo COVID-19.

1º. Ficam suspensas as atividades presenciais em igrejas e templos religiosos, de segunda a sexta-feira, pelo prazo de 15 dias. Todavia, poderão realizar as atividades normalmente aos sábados e domingos até às 19,00 horas, com capacidade reduzida a 30% da lotação máxima e na forma on-line, em quaisquer dias e horários, como medida de isolamento de ambiente de alto índice de aglomeração.

2º. As lojas de conveniência poderão permanecer abertas, de segunda a sábado até as 19,00hs, e aos domingos até as 12,00 hs, contudo, fica proibido o consumo de bebidas e alimentos no pátio dos postos de combustíveis, cabendo aos proprietários e/ou responsáveis cobiarem a prática.

3º. Restaurantes, lanchonetes, pizzarias, pastelarias, casas de assados/espetinhos e congêneres poderão permanecer abertos, de segunda a sábado até as 19,00hs, e aos domingos até as 12,00 hs, contudo, após esse horário, poderão continuar suas atividades, pelo sistema "delivery", até a 0,00hora.

4º. É permitido o funcionamento de bares e botecos, de segunda a sábado até as 19,00hs, e aos domingos até as 12,00 hs.

5º. Fica permitido o funcionamento da "feira livre", devendo ser mantido o afastamento mínimo de 3 (três) metros entre as

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILUZ
ESTADO DO PARANÁ
CXCX 76.404.136/0001-29

DECRETO Nº 2.052, de 05 de março de 2021.

Diante sobre adoção de medidas sanitárias para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus (COVID-19), estabelece critérios sanitários e o funcionamento do comércio local e dá outras providências.

PAULO ARMANDO DA SILVA ALVES, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARILUZ, no uso das atribuições legais, em especial a da Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista o disposto na Lei Federal 13.979/2020, Decreto Estadual 4.320/2020 e posteriores:

I - Considerando o Artigo 30, inciso II, da Constituição Federal de 1988, o qual determina aos municípios suplementar a legislação federal e estadual no que couber;

II - Considerando ainda, o exponencial número de casos de cidadãos residentes no município, atendidos no sistema de saúde local, que testaram positivo, havendo, portanto, a necessidade ADOÇÃO de medidas para se diminuir o risco de contaminação em massa

DECRETA

I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. As medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Novo Coronavírus - COVID-19, no âmbito do município Mariluz, Estado do Paraná, ficam definidas nos termos deste Decreto, para o fim de regulamentar o funcionamento do setor produtivo e comercial de nosso Município.

Art. 2º. Todos os estabelecimentos comerciais, empresariais, bancários, lotéricas, prestadores de serviços, autônomos e escritórios de profissionais liberais, poderão realizar suas atividades, de segunda a sábado, até as 19,00hs, desde que cumpram integralmente as regulamentações sanitárias descritas neste decreto, por serem medidas de controle, prevenção e diminuição do risco de contaminação humana pelo COVID-19.

1º. Ficam suspensas as atividades presenciais em igrejas e templos religiosos, de segunda a sexta-feira, pelo prazo de 15 dias. Todavia, poderão realizar as atividades normalmente aos sábados e domingos até às 19,00 horas, com capacidade reduzida a 30% da lotação máxima e na forma on-line, em quaisquer dias e horários, como medida de isolamento de ambiente de alto índice de aglomeração.

2º. As lojas de conveniência poderão permanecer abertas, de segunda a sábado até as 19,00hs, e aos domingos até as 12,00 hs, contudo, fica proibido o consumo de bebidas e alimentos no pátio dos postos de combustíveis, cabendo aos proprietários e/ou responsáveis cobiarem a prática.

3º. Restaurantes, lanchonetes, pizzarias, pastelarias, casas de assados/espetinhos e congêneres poderão permanecer abertos, de segunda a sábado até as 19,00hs, e aos domingos até as 12,00 hs, contudo, após esse horário, poderão continuar suas atividades, pelo sistema "delivery", até a 0,00hora.

4º. É permitido o funcionamento de bares e botecos, de segunda a sábado até as 19,00hs, e aos domingos até as 12,00 hs.

5º. Fica permitido o funcionamento da "feira livre", devendo ser mantido o afastamento mínimo de 3 (três) metros entre as

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILUZ
ESTADO DO PARANÁ
CXCX 76.404.136/0001-29

DECRETO Nº 2.052, de 05 de março de 2021.

Diante sobre adoção de medidas sanitárias para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus (COVID-19), estabelece critérios sanitários e o funcionamento do comércio local e dá outras providências.

PAULO ARMANDO DA SILVA ALVES, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARILUZ, no uso das atribuições legais, em especial a da Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista o disposto na Lei Federal 13.979/2020, Decreto Estadual 4.320/2020 e posteriores:

I - Considerando o Artigo 30, inciso II, da Constituição Federal de 1988, o qual determina aos municípios suplementar a legislação federal e estadual no que couber;

II - Considerando ainda, o exponencial número de casos de cidadãos residentes no município, atendidos no sistema de saúde local, que testaram positivo, havendo, portanto, a necessidade ADOÇÃO de medidas para se diminuir o risco de contaminação em massa

DECRETA

I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. As medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Novo Coronavírus - COVID-19, no âmbito do município Mariluz, Estado do Paraná, ficam definidas nos termos deste Decreto, para o fim de regulamentar o funcionamento do setor produtivo e comercial de nosso Município.

Art. 2º. Todos os estabelecimentos comerciais, empresariais, bancários, lotéricas, prestadores de serviços, autônomos e escritórios de profissionais liberais, poderão realizar suas atividades, de segunda a sábado, até as 19,00hs, desde que cumpram integralmente as regulamentações sanitárias descritas neste decreto, por serem medidas de controle, prevenção e diminuição do risco de contaminação humana pelo COVID-19.

1º. Ficam suspensas as atividades presenciais em igrejas e templos religiosos, de segunda a sexta-feira, pelo prazo de 15 dias. Todavia, poderão realizar as atividades normalmente aos sábados e domingos até às 19,00 horas, com capacidade reduzida a 30% da lotação máxima e na forma on-line, em quaisquer dias e horários, como medida de isolamento de ambiente de alto índice de aglomeração.

2º. As lojas de conveniência poderão permanecer abertas, de segunda a sábado até as 19,00hs, e aos domingos até as 12,00 hs, contudo, fica proibido o consumo de bebidas e alimentos no pátio dos postos de combustíveis, cabendo aos proprietários e/ou responsáveis cobiarem a prática.

3º. Restaurantes, lanchonetes, pizzarias, pastelarias, casas de assados/espetinhos e congêneres poderão permanecer abertos, de segunda a sábado até as 19,00hs, e aos domingos até as 12,00 hs, contudo, após esse horário, poderão continuar suas atividades, pelo sistema "delivery", até a 0,00hora.

4º. É permitido o funcionamento de bares e botecos, de segunda a sábado até as 19,00hs, e aos domingos até as 12,00 hs.

5º. Fica permitido o funcionamento da "feira livre", devendo ser mantido o afastamento mínimo de 3 (três) metros entre as

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILUZ
ESTADO DO PARANÁ
CXCX 76.404.136/0001-29

DECRETO Nº 2.052, de 05 de março de 2021.

Diante sobre adoção de medidas sanitárias para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus (COVID-19), estabelece critérios sanitários e o funcionamento do comércio local e dá outras providências.

PAULO ARMANDO DA SILVA ALVES, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARILUZ, no uso das atribuições legais, em especial a da Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista o disposto na Lei Federal 13.979/2020, Decreto Estadual 4.320/2020 e posteriores:

I - Considerando o Artigo 30, inciso II, da Constituição Federal de 1988, o qual determina aos municípios suplementar a legislação federal e estadual no que couber;

II - Considerando ainda, o exponencial número de casos de cidadãos residentes no município, atendidos no sistema de saúde local, que testaram positivo, havendo, portanto, a necessidade ADOÇÃO de medidas para se diminuir o risco de contaminação em massa

DECRETA

I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. As medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Novo Coronavírus - COVID-19, no âmbito do município Mariluz, Estado do Paraná, ficam definidas nos termos deste Decreto, para o fim de regulamentar o funcionamento do setor produtivo e comercial de nosso Município.

Art. 2º. Todos os estabelecimentos comerciais, empresariais, bancários, lotéricas, prestadores de serviços, autônomos e escritórios de profissionais liberais, poderão realizar suas atividades, de segunda a sábado, até as 19,00hs, desde que cumpram integralmente as regulamentações sanitárias descritas neste decreto, por serem medidas de controle, prevenção e diminuição do risco de contaminação humana pelo COVID-19.

1º. Ficam suspensas as atividades presenciais em igrejas e templos religiosos, de segunda a sexta-feira, pelo prazo de 15 dias. Todavia, poderão realizar as atividades normalmente aos sábados e domingos até às 19,00 horas, com capacidade reduzida a 30% da lotação máxima e na forma on-line, em quaisquer dias e horários, como medida de isolamento de ambiente de alto índice de aglomeração.

2º. As lojas de conveniência poderão permanecer abertas, de segunda a sábado até as 19,00hs, e aos domingos até as 12,00 hs, contudo, fica proibido o consumo de bebidas e alimentos no pátio dos postos de combustíveis, cabendo aos proprietários e/ou responsáveis cobiarem a prática.

3º. Restaurantes, lanchonetes, pizzarias, pastelarias, casas de assados/espetinhos e congêneres poderão permanecer abertos, de segunda a sábado até as 19,00hs, e aos domingos até as 12,00 hs, contudo, após esse horário, poderão continuar suas atividades, pelo sistema "delivery", até a 0,00hora.

4º. É permitido o funcionamento de bares e botecos, de segunda a sábado até as 19,00hs, e aos domingos até as 12,00 hs.

5º. Fica permitido o funcionamento da "feira livre", devendo ser mantido o afastamento mínimo de 3 (três) metros entre as

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILUZ
ESTADO DO PARANÁ
CXCX 76.404.136/0001-29

DECRETO Nº 2.052, de 05 de março de 2021.

Diante sobre adoção de medidas sanitárias para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus (COVID-19), estabelece critérios sanitários e o funcionamento do comércio local e dá outras providências.

PAULO ARMANDO DA SILVA ALVES, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARILUZ, no uso das atribuições legais, em especial a da Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista o disposto na Lei Federal 13.979/2020, Decreto Estadual 4.320/2020 e posteriores:

I - Considerando o Artigo 30, inciso II, da Constituição Federal de 1988, o qual determina aos municípios suplementar a legislação federal e estadual no que couber;

II - Considerando ainda, o exponencial número de casos de cidadãos residentes no município, atendidos no sistema de saúde local, que testaram positivo, havendo, portanto, a necessidade ADOÇÃO de medidas para se diminuir o risco de contaminação em massa

DECRETA

I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. As medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Novo Coronavírus - COVID-19, no âmbito do município Mariluz, Estado do Paraná, ficam definidas nos termos deste Decreto, para o fim de regulamentar o funcionamento do setor produtivo e comercial de nosso Município.

Art. 2º. Todos os estabelecimentos comerciais, empresariais, bancários, lotéricas, prestadores de serviços, autônomos e escritórios de profissionais liberais, poderão realizar suas atividades, de segunda a sábado, até as 19,00hs, desde que cumpram integralmente as